



## ENTREVISTA: ESTIMULAR NO ESTUDANTE O GOSTO PELOS DESAFIOS DA PROFISSÃO É UM CAMINHO PARA O ENSINO DO JORNALISMO

Enio Moraes Jr<sup>1</sup>

**RESUMO:** Esta entrevista faz parte da série que a Revista Alterjor começou a publicar na edição passada, quando da participação do professor Nelson Traquina, da Universidade Nova de Lisboa, em Portugal. O material faz parte das pesquisas que o jornalista e professor universitário Enio Moraes Júnior desenvolveu no Brasil e Portugal e que resultou na tese “O ensino do interesse público na formação de jornalistas: elementos para a construção de uma pedagogia”. O trabalho foi defendido no Programa de Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, em 2011, e deu origem ao livro “Formação de Jornalistas: elementos para uma pedagogia de ensino do interesse público”, recentemente lançado pela Editora Annablume.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidadania; Ensino do Jornalismo; Formação do Jornalista; Interesse Público.

---

<sup>1</sup> Enio Moraes Júnior é doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, professor e supervisor pedagógico do curso de jornalismo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP). É autor do livro “Formação de Jornalistas: elementos para uma pedagogia de ensino do interesse público” (Editora Annablume, 2013) e um dos organizadores do e-book Antes da Pauta: linhas para pensar o ensino do Jornalismo no século XXI (USP, 2013). É membro do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Popular e Alternativo (Alterjor) da USP. E-mail: enio@espm.br

## **Introdução**

Nesta entrevista, realizada nas instalações da Universidade Nova de Lisboa, em Portugal, em 2010, o pesquisador conversa com a professora Carla Baptista sobre jornalismo português, censura, pesquisa, ensino e diploma.

**Carla Baptista** nasceu em Angola e é docente do Departamento de Ciências da Comunicação e da Linguagem da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa desde 2002, onde leciona *Atelier de Jornalismo e Gêneros Jornalísticos*.

É licenciada (1992) em Ciências da Comunicação pela FCSH, mestre (1998) em Estudos Africanos pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) e doutora pela FCSH com tese sobre as rotinas produtivas dos jornalistas parlamentares portugueses no período de 1975 a 2007.

Carla também figura entre os sócios fundadores do Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ) e da SOPCOM (Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação).

*“A convenção sobre o que é jornalismo pode ser desafiada, pode ser melhorada, pode ser discutida criticamente”, diz professora da Universidade Nova de Lisboa*

**Palavras-chave:** Carla Baptista; Ensino do Jornalismo; Interesse Público; Jornalismo.

**Revista Alterjor** – No doutorado, há sete anos, você investigou três fases do jornalismo português: o fim da Monarquia; a Primeira República e 68-74, o Estado Novo. Qual o comportamento da imprensa nesse período final, especialmente no que diz respeito à democracia no país?

**Carla Baptista** – O doutoramento é realmente uma tentativa de fazer uma espécie de gênese do nascimento do jornalismo político em Portugal. A ideia foi estudar como é que essas grandes mudanças do regime em Portugal – a passagem da Monarquia para a República, depois da República para a ditadura – tinham modificado a forma como os jornalistas se relacionavam com o poder. Isso visto, sobretudo, do ponto de vista dos jornalistas e das reações do jornais, não do ponto de vista dos atores políticos. Daí a tese ter ficado muito próxima não só da análise dos próprios jornais como também dos

discursos e memórias dos jornalistas. Enfim, foi uma reflexão dessa classe, de como eles entendiam e viam a sua missão social do ponto de vista da cobertura do aspecto político.

**RA** – O Estado Novo foi a ênfase do seu estudo...

**CB** – No centro da análise estão realmente os últimos anos do Estado Novo, portanto é a passagem do Salazar para o Marcelo Caetano. Isso acontece de 1968 a 1974, data em que há uma revolução em Portugal e nós fazemos a passagem para a democracia. Uma das conclusões interessantes é ver a modernização do campo jornalístico em Portugal e a gênese do jornalismo político no país. Já existe (*na época*) alguma autonomia desse relato, um olhar que é verdadeiramente jornalístico sobre a esfera política no sentido em que visa o relato objetivo, rigoroso. Não é propagandístico, não é partidarizado, procura incluir outras vozes, como a sociedade civil. Isso é prévio à própria revolução política que conduz à democracia. Portanto, a conclusão da tese é que o desejo de uma cobertura jornalística da política mais próxima dos cidadãos alcançou o campo jornalístico ainda mesmo antes de serem criadas as condições políticas para uma efetiva democracia. Uma cobertura política que reflete com mais exatidão o que realmente estava a passar na sociedade, que reflete as contradições da sociedade portuguesa no fim daquela longuíssima ditadura que já estava muito decadente, já tinha pouca capacidade de mobilização. Isso é basicamente a conclusão da tese.

**RA** – O primeiro curso de Jornalismo em Portugal surge cinco anos depois da ditadura. Você chegou a levantar alguns aspectos de como esse final da ditadura pode ter influenciado na criação e na consolidação desses cursos? As alterações sofridas pelo jornalismo nesse período influenciaram na mentalidade, na emergência dos cursos?

**CB** – Acho que há uma relação fértil entre as duas coisas. Acho que a sua pergunta vai direto a um ponto que é muito interessante, que ainda falta estudar em Portugal. Isso ainda não está muito esclarecido em Portugal, embora tenhamos alguns estudos sobre o ensino e a formação em jornalismo. Há agora, um estudante de mestrado, que por acaso é brasileiro, que está a fazer esse trabalho. Na realidade, o que se passou entre 1974 e

1979? É quando abre, na Universidade Nova de Lisboa o primeiro curso em Ciências da Comunicação, que nem sequer é um curso de Jornalismo. É um curso em Ciências da Comunicação – na altura chamava-se Comunicação Social – mas não estava especificamente direcionado para o jornalismo.

**RA** – Os cursos de Jornalismo surgiram a partir daí...

**CB** – Acho que desde cedo existe em Portugal uma reivindicação para a dignificação do ensino do jornalismo, para a criação de escolas. Isso é um discurso muito precoce na classe jornalística que você já encontra no final da Monarquia. Eu consultei vários documentos e há, com frequência, essa reivindicação, como por exemplo, no grupo de jornalistas portugueses que participavam de congressos de imprensa internacionais. E há essa reivindicação de que o jornalista precisa de uma escola, precisa de um treino, precisa de uma cultura geral, precisa dar um salto qualitativo daquilo que era o entendimento normal da profissão, que era qualquer coisa que se aprendia na *tarimba*, na experiência, que apenas precisaria de uma vocação, de uma aptidão mais ou menos natural, que não precisava de ser trabalhada. Nós, muito cedo, encontramos em Portugal a ideia de que isso não é assim, que se precisa da escola. Com algumas contradições, com algumas pessoas a dizer que isso não é preciso, etc. E o que se passa é que no final, mesmo durante a ditadura de Salazar, existem alguns fóruns dos sindicatos dos jornalistas em que essas questões aparecem. E essas questões se tornam muito prementes já no Período Caetanista, já em 1968. Justamente a iniciativa do primeiro curso de formação para jornalistas vem do Sindicato.

4

**RA** – Então essa formação se dá, inicialmente, fora do âmbito acadêmico?

**CA** – É um curso aberto, livre, que não confere um grau, mas funciona durante um ano inteiro, com várias sessões, com regime de conferências, com profissionais, alguns professores de sociologia, dois ou três jornalistas, sempre portugueses, que se licenciaram fora – nomeadamente em França e em Espanha – e que trazem essa experiência. E há realmente, no final dos anos 60, uma fortíssima mobilização do Sindicato para a criação de um novo curso superior de Jornalismo. Eles chegam mesmo

a redigir um projeto muito consistente, que já situa o jornalismo no campo das Ciências Sociais e Humanas, e não simplesmente como um conjunto de técnicas ou de ferramentas técnicas como escrever notícias, ou baseada nos gêneros jornalísticos ou da escrita jornalística. É muito mais do que isto. Inclui disciplinas como *Sociologia da Comunicação* e *História Contemporânea*, entendendo que o relato que o jornalista faz do mundo é construído, que influencia o espaço público, que cria condições importantes com outros atores políticos e sociais. Só que, na verdade, isto esbarra com as dificuldades do contexto político, um bocado agressivo e hostil. Da parte dos responsáveis da educação em Portugal, do próprio Marcelo Caetano, não existe uma verdadeira vontade de criar uma escola de Jornalismo. Portanto, isso tudo acaba por faltar, não acontece.

**RA** – Como as empresas se comportam nesse cenário?

**CA** – Alguns jornais, que tiveram papel importante na modernização do ensino do Jornalismo em Portugal, nomeadamente contratando jovens que já tinham uma formação universitária, e permitindo a entrada de mulheres para, de alguma forma, refrescar a profissão. Porque era uma profissão bastante limitada, vencida, sem grande capital social, sem grande capacidade de atração de jovens, o que, nesta altura, começa a mudar. A paisagem das redações começa a mudar. Alguns jornais criam, eles próprios, pequeninos cursos de Jornalismo nas suas redações. O objetivo era recrutar profissionais e sair daquele sistema que era a forma habitual de se recrutar jornalistas em Portugal: um bocado um sistema de cunha, do conhecimento, do já conhecer pessoas que andavam ali a rondar as redações. Não havia verdadeiras estratégias estabelecidas, quer dizer: se não era uma questão que estava profissionalizada, que estabelecia critérios, o que esses jornais fazem é exatamente abrir para estagiários, propiciar a esses estagiários uma formação interna e depois, por fim, escolher alguns. O *Diário de Notícias* faz dois cursos desses, um em 1968 e outro em 1970, penso eu. E dessa leva de novos jornalistas, saem alguns dos nomes que vieram a ser mais importantes depois, na geração a seguir ao 25 de Abril. Então, você pode perguntar: “Havendo isso em concreto, então, de repente, com a liberdade conquistada, por que os jornalistas não avançaram para o tal curso universitário que eles tanto pretendiam?”.

**RA** – Por quê?

**CA** – Penso que isso terá tido a ver com as divisões próprias do processo revolucionário. Pelo fato de a formação ter sido completamente secundarizada dentro da luta política selvagem e áspera que se seguiu ao 25 de Abril. De fato, só quando entramos já num processo de consolidação da democracia, é que acontece essa iniciativa da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas com muita resistência da parte dos jornalistas. Isso é muito engraçado. Se você falar com o professor que iniciou o curso aqui, que é o professor Adriano Duarte Rodrigues, por exemplo, eu penso que ele abordará essa questão. O primeiro curso universitário acaba por nascer quase contra a vontade dos jornalistas que, nesta altura, paradoxalmente, quase que voltaram a ter do jornalismo aquela visão de que é uma profissão quase mais próxima do operariado do que do profissional liberal. Eu acho que isso tem a ver com a repolitização da classe política e com o fato de muitos jornalistas que estavam na direção do Sindicato – já no Sindicato Nacional, que já não era um sindicato corporativo, era um sindicato dos jornalistas apenas. Todos eles virem muito do Partido Comunista, ainda mais à esquerda, tinham uma espécie de aversão aos burgueses que queriam fazer do jornalismo uma profissão intelectual, liberal e, portanto, precisariam andar na universidade para serem jornalistas. Eu penso que este é um dos eixos de explicação. Mas eu acho que ainda há aí muito para perceber.

**RA** – Você tem um trabalho intenso também como pesquisadora de jornalismo. Você, por exemplo, foi uma das fundadoras do Sopcom (*Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*). Pesquisar jornalismo é importante para ensinar a profissão?

**CA** – No meu percurso, eu fui jornalista do *Diário de Notícias* muito tempo e ainda faço trabalhos como *free-lancer*, colaborando sobretudo em revistas mais especializadas na área do jornalismo, como uma publicação que é editada pelo Sindicato dos Jornalistas, a *JJ (Jornalismo & Jornalistas)*, e a própria revista do *CIMJ*, que é uma revista acadêmica de periodicidade semestral. Depois, pontualmente, faço algumas coisas para algumas revistas institucionais. Eu acho que essa experiência profissional

que eu tenho nos jornais é fundamental ensinar jornalismo, para transmitir com muito mais pertinência. E, se calhar, isso traz intuição, capacidade de perceber, imediatamente, algumas das dinâmicas da profissão. Portanto, eu prezo muito esse meu passado na redacção como jornalista. Respondendo mais diretamente a sua questão, é enriquecedor, par as aulas, fazer pesquisas sobre a questão do jornalismo em Portugal, sobretudo na área que eu gosto, a História do Jornalismo, que tem essa dimensão histórica, diacrônica, mas que eu acho que ainda é muito pouco estudada. Nós temos muitos historiadores que usam a imprensa como fonte de informação. Em Portugal, há uma tradição historiográfica muito forte, excelentes historiadores e quase todos eles usam os jornais da época para confirmar, mostrar, exemplificar o retrato do país que estão a construir. Mas não é um olhar jornalístico sobre o jornalista. É um olhar do historiador que olha para os jornais um bocado como coisas mortas que estão ali a disposição para serem usadas e confirmar suas teorias históricas. O que eu tento fazer é uma coisa muito mais internalizada dentro do jornalismo.

**RA** – Como assim?

7

---

**CA** –É perceber não só os conteúdos que saíram, mas também as dinâmicas das redações naquela altura e a sua articulação com o contexto social e político que resultaram naquelas histórias. Perceber os constrangimentos que os jornalistas sentiam e a forma como o processo de profissionalização, o processo de interiorização de valores, a questão da formação, a questão do acesso, a procura de novos membros, a questão de como eles próprios foram capazes de irem desenvolvendo uma reflexão sobre o sentido e a missão social da profissão. O que é muito importante: a definição de uma identidade coletiva dos jornalistas. Eu acho que isso tem sido extremamente enriquecedor para a minha prática de professora, apesar de eu estar a lecionar, na Universidade Nova de Lisboa, *Géneros Jornalísticos*, uma disciplina que tem uma dimensão um bocado prática. É uma cadeira prática em que nós procuramos que os alunos tenham uma experiência, não diria de imersão na redacção, mas sejam confrontados com os ritmos, a velocidade com que os jornalistas estão. Então tem que haver muito exercício, tem que passar pelos géneros jornalísticos etc. Mas eu sou muito mais capaz de lhes dar, convocar exemplos da história para ilustrar algumas coisas que digo nas aulas

justamente porque me tenho debruçado sobre esta questão e por perceber que mesmo as narrativas, as convenções jornalísticas, têm uma dimensão histórica. Quer dizer: têm que ser lidas desse ponto de vista social e cultural, de uma história social e cultural do jornalismo. As notícias não caem do céu, os valores não caem do céu, a identidade não cai do céu. Tudo isso vai sendo construído e é esse processo de justaposição, de adição, subtração que, se nós o conhecermos, nos torna muito mais capazes de lidar com os desafios do presente e até ficamos surpreendidos com o que o futuro nos traz porque, de alguma forma, a história também ensina a lidar com o presente e a antecipar o futuro.

**RA** – Você disse que a *tarimba* complementa você em sala de aula, mas quais são as dificuldades de ensinar a nossa experiência para alguém que tem uma subjetividade que, obviamente, não é a nossa. Como é fazer esse transporte, quais são os limites disso?

**CB** – Provavelmente haverá ótimos professores de jornalismo que não tenham uma experiência de trabalho direto na redação, mas eu acho que quando se gosta de jornalismo e tendo sido jornalista, é difícil se descolar dessa identidade. Eu demorei anos. Mesmo quando o jornalismo, a escrita de textos, já não era a minha atividade principal, eram claramente as aulas, a carreira acadêmica eram claramente o centro da minha atividade profissional, eu tinha imensa dificuldade em descolar-me da identidade jornalística. Eu acho que é uma coisa que marca imenso uma pessoa. E isso também cria em nós uma empatia pela profissão, um gostar da profissão que aguça o nosso espírito crítico, que se torna ainda mais crítico do jornalismo que os próprios jornalistas, mas também, ao mesmo tempo, é extremamente empático e, para ensinar, é precisamente transmitir esse entusiasmo pela profissão. Senão, como é que nós podemos hoje seduzir jovens para uma prática profissional num contexto agressivo como o que estamos? No mundo acontecem muitas dificuldades, mas em Portugal existe um mercado pequenino e a maior parte desses jovens não conseguirá emprego nos próximos tempos. Ao fazer jornalismo, eles sabem disso, têm consciência disso e, de fato, continuam a querer estudar jornalismo. Como é que nós conseguimos entusiasamá-los se não gostamos da profissão, se não reconhecemos suas utilidades, se não conseguimos passar a ideia de que isto não é o tal conjunto de ideias, se não ensinamos a fazer notícias como se ensina a moldar prateleiras numa estante, ou escrever reportagens, ou fazer entrevistas?

**RA** – Qual o caminho?

**CA** – Temos que fazer jornalismo como uma profissão que está imersa nas contradições da própria profissão, do espaço público. E com alguma centralidade, com a importância de qualquer coisa que é vital para a saúde das democracias e que eles (*os alunos*) podem ser contribuidores para a melhoria desse discurso público. Nesse sentido, eu acho que entre a prática e a teoria não há uma verdadeira separação. Nós construímos artificialmente essa separação. Eu vejo que muitas vezes o jornalista, sobretudo aqueles que têm menor capacidade de reflexão, dizem que os acadêmicos ou os investigadores estão sempre a dizer mal deles porque não conhecem as suas dificuldades. Depois, vemos os investigadores ou alguns acadêmicos sempre a olharem com um olhar um bocadinho menosprezante, o empirismo, as práticas, achando que os jornalistas são sempre deficitários, são viciados, têm rotinas produtivas erradas. Isso é uma expressão de algo que não faz sentido. Na realidade, nós estamos muito misturados. Quer dizer, eu costumo dizer aos meus alunos que as notícias não são um espelho da realidade, para desconstruir um pouco aquela metáfora do jornalismo objetivo etc. Mas os jornais são espelhos da sociedade e, portanto, refletem todas as contradições, dificuldades e *deficits* da sociedade onde estão inseridos. Nós temos que ter nosso olhar sempre situado historicamente em relação ao discurso jornalístico

9

---

**RA** – Parece que o aluno vem para a faculdade com uma concepção do jornalismo como uma prática. O que é mais complicado para um professor de jornalismo estimular no aluno: pensar o jornalismo – questões como a angulação da matéria, enquadramento da matéria, as consequências da matéria para a sociedade, a importância do jornalismo para o cidadão, enfim – ou estimular uma técnica – como a escrita, como a edição de imagens? No caso dos *Gêneros Jornalísticos*, em que o aluno está mais interessado, na sua opinião?

**CB** – Da forma como estruturo a cadeira de *Gêneros*, nós temos duas aulas por semana, duas horas cada uma, quatro horas por semana e eu faço sempre uma aula teórica e uma aula prática. Portanto, a primeira aula da semana é teórica: eu faço sempre uma

apresentação teórica de cada um dos gêneros, discuto o jornalismo em termos mais teóricos e, na aula seguinte, fazemos sempre aulas práticas. Ou seja: há reportagens ou análise de textos jornalísticos que levo e muitos exercícios. Chegamos ao fim do semestre com muitos exercícios feitos, exercícios de escrita, fazem uma reportagem de investigação no final do ano, fazem dois ou três perfis, fazem uma entrevista, fazem algum exercício de escrita da notícia desenvolvida... Portanto, mais uma vez eu sinto nos alunos uma grande vontade dessa experimentação, desse escrever, de serem confrontados com os textos, perceberem que há coisas que se jogam na escrita jornalística que não têm só a ver com o jeito para escrever, mas que também têm a ver com a convenção, com o ensino da linguagem jornalística. Perceberem que o domínio da técnica permite-nos ser mais rápidos, permite-nos detectar com mais acuidade, com mais pertinência onde estão as notícias, como chegar a elas, como confrontar e como verificar. É impossível, para mim, e acho que para eles também, ver isso desligado da tal discussão sobre o que é o jornalismo. Porque muitas vezes a convenção pode ser desafiada, pode ser melhorada, pode ser discutida criticamente. E o jornalista, na sua prática, é isso que eu procuro discutir: está sempre a tomar decisões que no limite o confrontam com desafios éticos e deontológicos como: qual é a natureza da sua profissão, para quem é que ele escreve, qual é o objetivo da sua demanda, da sua curiosidade? Essas escolhas não vão sempre ser bem-feitas, são muito mais frágeis, são muito menos robustas. E sendo o jornalismo uma disciplina que já é epistemologicamente débil (*risos*) – não é uma ciência, é uma quase-ciência, é uma ciência malfeita – tudo que sejam ferramentas intelectuais para o robustecer, para o aconchegar, são importantes para o profissional. Elas tornam o jornalista mais seguro, o faz vacilar menos. Não vejo o jornalista como um técnico *a tarimbar* de todo. Acho eu que, aqui nesta faculdade, não é isso que nós passamos para os alunos. Acho que nenhum professor de jornalismo tem esta visão. Todos os meus colegas procuram situar o jornalismo como uma disciplina, como uma forma de olhar para o mundo que é muito mais que um conjunto de técnicas.

**RA** – Como aferir esse tipo de aprendizado do aluno? No caso dos *Gêneros Jornalísticos*, como você consegue aferir que ele entendeu que o jornalismo é mais que um conjunto de técnicas, que ele vincula-se a uma responsabilidade social, à cidadania?

**CB** – Na avaliação propriamente dita. Uma parte da avaliação da cadeira são os tais trabalhos práticos que eles vão a fazer. Chegam ao final do ano e têm um portfólio de textos. Acho que valorizam essa dedicação, valorizam a informação. Depois há a reportagem de investigação que eu também valorizo em várias dimensões, não só a parte da boa concretização – tem que estar bem escrita, ter as fontes identificadas – mas também pela escolha do tema, pelo esforço para encontrar aquele tema, pela investigação que foi necessária. Portanto, isso já situa um bocado a reportagem não só como um produto. Eu tento olhar para o processo de construção. E depois, eles fazem também um texto escrito onde constam geralmente duas perguntas de interpretação que versam sobre um conjunto de bibliografias e de textos que eu lhes dou no início do ano. Portanto, penso que o processo de avaliação também recolhe todas essas valências que a disciplina procura transmitir. O que estou a dizer é que a avaliação não fica presa aos trabalhos escritos, aos trabalhos práticos. Tem que ter a tal componente teórica, os alunos têm que ter lido os textos etc., porque senão terão uma nota mais baixa. E às vezes isso acontece. Há alguns que escrevem bem, concretizam bem, mas que não leram os textos (*risos*).

**RA** – No Brasil, o diploma de ensino superior, de curso superior de Jornalismo era obrigatório para o exercício da profissão. Em Portugal nunca foi, mas são os jornalistas vindos das escolas que ocupam a maioria dos cargos nas redações. Você diria que uma formação superior em Jornalismo é importante, imprescindível ou dispensável?

**CB** – Isso é uma questão nunca resolvida em Portugal. Há um bocado eu estava a falar que esse primeiro curso que se criou em 1979 foi contra os jornalistas e a razão da hostilidade tem um bocado a ver com isso porque a ideia da parte que criou este curso era que passasse a ser obrigatório ou condição imprescindível para o acesso à profissão. Coisa que repugnou imenso, na altura, e continua a repugnar, muitos jornalistas que não querem fechar a profissão a outras licenciaturas, a pessoas vindas da economia, do direito, até das Ciências Exatas. E isso muitas vezes cria intenso argumento de que, muitas vezes, se eu estou a cobrir a área econômica, até do ponto de vista é mais prático, faz mais sentido ter conhecimentos que vem de uma licenciatura em Economia? Se é da

Justiça, haverá mais sentido ser licenciado em Direito. Ou quem está fazendo jornalismo em saúde pode vir de uma área ou de um curso de saúde, alguém que está em jornalismo cultural pode vir de um curso de artes... Pessoalmente, eu não gostaria de ver a profissão fechada. Há pessoas que têm outra licenciatura mas têm um grande desejo de fazer jornalismo, de intervir no espaço público. Mas acho que é fundamental que façam pelo menos uma pós-graduação ou que invistam, no segundo ciclo (*pós-graduação*), na área do jornalismo. Nós já temos várias ofertas, nas instituições de ensino superior, que permitem acolher esses vários percursos. A pessoa pode ser licenciada em qualquer coisa e depois fazer um segundo ciclo com mestrado em estudos de medias, ou com mestrados profissionalizantes em jornalismo. Justamente por eu ter defendido a posição anterior, que o jornalismo é mais que um conjunto de técnicas, defendo que para o seu exercício consciente, amadurecido o profissional precise passar pelas teorias do jornalismo, pela história do jornalismo, pelas relações de espaço público e media. Essas são questões que, eu imagino, não sejam abordadas nem num curso de Economia, nem num curso de Direito, nem da área de saúde, nem de Exatas. Portanto, eu acho que é importante – não acho que devem ser licenciadas em jornalismo, nem todos – mas acho importante que venham debater as questões do jornalismo numa instituição de ensino superior.